



**PROJETO DE LEI Nº 03/2021**

**DATA: 01/02/2021**

**SÚMULA:** Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, por intermédio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências.

**AMIN JOSÉ HANNOUCHE**, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER**

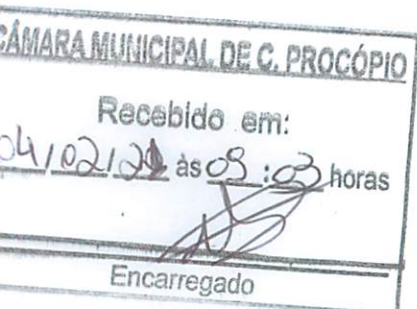
a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a garantir e contrair e garantir financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais), obedecidas as demais prescrições legais à contratação de operações da espécie.

**Parágrafo Único.** - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo são provenientes do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), e devem ser aplicados, obrigatoriamente, na execução de projeto integrante do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFMIII).

**Art. 2º** - Para garantia do principal e encargos do financiamento, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou transferir à União, em caráter



irrevogável e irretratável, a título pró solvendo, os créditos provenientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea "b", e § 3º, da Constituição Federal.

**Parágrafo Único.** - O procedimento autorizado no caput deste artigo somente pode ser adotado na hipótese de inadimplemento, no vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo, ficando a Caixa Econômica Federal autorizada a requerer em nome da União, a transferência dos referidos recursos para quitação do débito.

**Art. 3º** - Os recursos provenientes da operação do crédito devem ser consignados como receita no Orçamento do Município ou em Créditos Adicionais.

**Art. 4º** - O orçamento do Município deve consignar, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do município no Projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

**Art. 5º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 01 de fevereiro de 2021.

  
**AMIN JOSÉ HANNOUCHE**  
Prefeito

**CLAUDIO TROMBINI BERNARDO**  
Procurador Geral do Município



**PROJETO DE LEI Nº 03/2021**  
**Exposição de Motivos**

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,**

Senhor Presidente e demais vereadores, o presente projeto de lei, tem como objetivo autorizar o poder executivo a realizar contratação de financiamento por intermédio da Caixa Econômica Federal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (B.I.D.), para o desenvolvimento institucional do município, considerando recursos para melhoria dos processos de relacionados à gestão, e prestação de serviços aos munícipes.

**CONSIDERANDO** que o município possui capacidade restrita de acesso à linhas de crédito com condições financeiras favoráveis ao menor impacto nas contas municipais;

**CONSIDERANDO** que é uma latente necessidade do município desenvolver políticas que possam melhorar a gestão pública e o atendimento ao contribuinte;

**CONSIDERANDO** que os cadastros municipais necessitam de constante avaliação, atualização e correção;

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover atualizações nos cadastros fiscais do município, que impactam diretamente em uma justiça fiscal;

**CONSIDERANDO** o impacto da transparência para os munícipes, nas questões de conhecimento sobre a gestão;

**CONSIDERANDO** a capacidade de endividamento do município;

**CONSIDERANDO** as capacidades e oportunidades originadas a partir de linhas de crédito;

**CONSIDERANDO** que a instituição intermediadora, é um órgão público e realizará a gestão conjunta dos recursos;

**CONSIDERANDO** as melhorias diretas e indiretas que poderão ser desenvolvidas a partir do financiamento em questão;

**CONSIDERANDO** que a taxa básica de juros SELIC, encontra-se em 2% ao ano, e o presente financiamento consta de taxa de juros na ordem de 1,66% ao ano;

**CONSIDERANDO** que o financiamento em questão tem prazo de carência de 5 anos para início dos pagamentos;

**CONSIDERANDO** que o financiamento, tem prazo de pagamento de até 15 anos;

**CONSIDERANDO** que estamos em constantes transformações tecnológicas, e isso necessita ter aplicação na gestão pública;



**CONSIDERANDO** a que criação de processos modernos de gestão administrativa, fiscal e tributária tornam um município preparado para o futuro;

**CONSIDERANDO** a Pandemia COVID-19, e as necessidades futuras de capacidade fiscalizatória e cadastral do município;

**CONSIDERANDO** que a partir das tecnologias, várias áreas possam ser contempladas pelo georreferenciamento da área urbana do município e distritos;

É de extrema importância o presente projeto de lei, uma vez que o objeto principal se faz necessário pela sua condição específica de juro e prazos que são extremamente atraentes e correspondem com as necessidades do município, em face as dificuldades de acesso à linhas de crédito principalmente para serviços específicos de modernização de administração, e gestão fiscal/tributária. É de suma importância que as melhorias precisam ocorrer para que o município continue avançando e realizando atividades que validem os princípios da administração pública

Atenciosamente,

Gabinete do Prefeito, 01 de fevereiro de 2021.

AMIN JOSÉ HANNOUCHE  
Prefeito

GAB/OFÍCIO Nº 035/2021

Cornélio Procópio, 01 de fevereiro de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Câmara Municipal de Cornélio Procópio

Exmº. Sr. Presidente:

Encaminho à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, o incluso a seguir projeto de lei que **“autoriza o poder executivo a contratar financiamento junto a união, por intermédio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências”**, conforme justificativa anexa.

Solicito que a apreciação da matéria se dê em regime de Urgência conforme estabelece o art. 11, parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal.

Sendo o que apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e consideração para com V.Sª e esta casa.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**AMIN JOSÉ HANNOUCHE**  
Prefeito do Município

